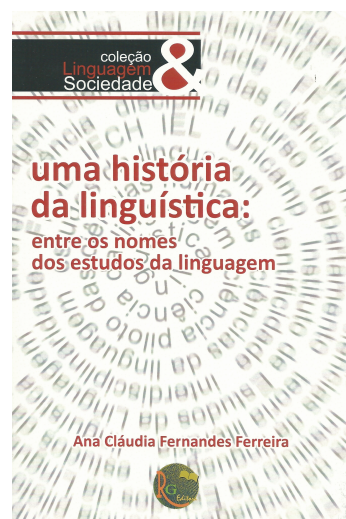


Uma história dos nomes dos Estudos da Linguagem

José Edicarlos de Aquino (UNICAMP)

O livro “*Uma história da linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*” é uma versão da tese de doutoramento em linguística de Ana Cláudia Fernandes Ferreira, defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-UNICAMP). Ele pode ser visto também como o resultado de um percurso de formação já longo na área de História das Ideias Linguísticas, percurso que recobre um trabalho de iniciação científica sobre a história dos estudos da significação na USP e na UNICAMP na década de 1980 (“*História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil*”, 2002), passa por uma pesquisa de mestrado sobre a história da semântica argumentativa na UNICAMP nas produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães (“*Um Nome de Teoria Estabilizado, Sentidos em Movimento: a Semântica Argumentativa na História*”, 2005), e chega aos estudos, no doutorado, sobre os sentidos de *linguística* no processo de institucionalização da linguística na UNICAMP.



FERREIRA, A. C. F. Uma história da linguística: entre nomes dos estudos da linguagem. Campinas. Editora RG, 251p. 2013.

Nesse caminhar pela história das ciências da linguagem no Brasil, uma questão sempre confrontada pela pesquisadora é a do nome, sobretudo o nome dos estudos sobre a(s) língua(s). Para soar de maneira precisa, uma questão regular nos seus trabalhos é a do *nome linguística*. Ao abraçar essa questão e tentar compreendê-la, sempre na relação com condições materiais específicas sob as quais esses estudos puderam se constituir, Ana Cláudia Fernandes Ferreira tem o mérito de expor a impossibilidade de desvencilhar as questões epistemológicas das questões políticas e ideológicas, demonstrando, por um trabalho fino de análise, que a (re)configuração dos estudos sobre a linguagem e as línguas

não se constitui fora de condições históricas e políticas, que atravessa o Estado e as Instituições.

Se a principal questão colocada no livro é a constituição do movimento dos sentidos de *linguística* na história da institucionalização da linguística na UNICAMP, ela é posta em relação com outras, tomadas como igualmente fundamentais, como o jogo histórico-institucional-discursivo que possibilitou um lugar para a Linguística nos novos espaços institucionais de significação que são as universidades; e também os efeitos que o modo de significar da Linguística produziu, relativamente às ciências humanas e aos estudos da linguagem, em uma universidade brasileira específica. Outra questão levantada é a maneira como essa história específica de sentidos do nome *linguística* se inscreve em uma história determinada, a partir de sua relação com os outros nomes, notadamente, com outros nomes atribuídos aos estudos da linguagem. Nesse rumo, o que se mostra pelo empreendimento de análise, é que as tensões e contradições, que se constituem no interior de condições históricas e institucionais, estão presas, de forma constitutiva, a um jogo de relações também tensas e contraditórias entre o Estado, as Instituições e os saberes.

O arquivo de leitura, amplo, é composto por materiais de arquivo institucional relacionados à história da Linguística na UNICAMP, como ofícios, projetos e programas de curso, catálogos, bem como por publicações e materiais diversificados sobre a história da Linguística no Brasil e no exterior. Já o aporte teórico-analítico, e aqui se aproveitam as facilidades da citação direta, “se constitui no âmbito de uma perspectiva materialista da HIL, a partir da mobilidade de conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da análise de discurso, na linha das produções de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e de dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos trabalhos produzidos por Eduardo Guimarães” (2013, p. 21).

Um conceito central a partir do qual trabalha a autora é a de “*discurso fundador*”, tal como o definiu Orlandi (1993). Esse conceito é mobilizado especificadamente em uma reflexão sobre os sentidos de *linguística* produzidos na história das ideias linguísticas, e os modos pelos quais eles são constituídos no espaço universitário da UNICAMP, em relação à cientificidade e à interdisciplinaridade. A esse respeito, estão no centro da atenção os efeitos de duas formulações que, segundo a autora, fazem parte das condições históricas de constituição da Linguística nessa universidade: “*a Linguística é a ciência da linguagem*” e “*a Linguística é a ciência-piloto das ciências humanas*”. Tais formulações são tomadas como discursos fundadores que possibilitam a instalação de novos sentidos para a palavra

linguística nesse espaço institucional, em um jogo tenso entre os sentidos estabelecidos e outros que lutam para vir à tona. Nesse jogo, haveria uma demanda pela cientificidade presente nesses discursos fundadores, que funcionaria como um preconstruído que configura certos sentidos para a palavra *linguística*, legitimando-a no espaço institucional brasileiro em relação aos outros nomes atribuídos aos estudos da linguagem. Como parte do mesmo movimento, haveria também um argumento da interdisciplinaridade da Linguística, que legitimaria o nome *linguística* em relação a outros nomes do saber linguístico.

Além de uma introdução e das considerações finais, o livro conta com cinco capítulos, assim intitulados: I) História das Ideias Linguísticas; II) A Linguística nas Instituições: Cientificidade e Interdisciplinaridade; III) Linguística: Divisões, Tensões e Contradições; IV) Linguística e Teoria Literária: Constituição de um Instituto de Estudos da Linguagem; V) Linguística, Ciência(s) da Linguagem, Estudos da Linguagem.

No capítulo I, apresenta-se um breve relato sobre a constituição das pesquisas em HIL – História das Ideias Linguísticas no Brasil, apontando-se conceitos teórico-metodológicos que são mobilizados a partir de uma perspectiva materialista da análise de discurso, na linha dos estudos de Pêcheux e Orlandi, e da semântica da enunciação, na linha dos estudos de Guimarães. Entre esses conceitos, destacam-se os de *discurso*, *interdiscurso*, *preconstruído*, *arquivo*, *sentido*, *enunciação*, *articulação*, *reescrituração*, *paráfrase* e *polissemia*. No diálogo com Aurox, Canguilhem e Paul Henry, refuta-se uma abordagem unívoca da história, tomada não como uma evolução cronológica de fatos e descobertas, mas como algo ligado aos sujeitos e aos sentidos, à ideologia e à língua. Não à toa, o conceito que ganha maior atenção, nesse capítulo, é o de *discurso*, compreendido como a língua na história. É nesse momento que será discutido o conceito de *discurso fundador*, mencionado anteriormente; ocasião em que a autora argumenta que a eficácia daqueles dois discursos fundadores passa necessariamente pelos sentidos de *linguística* no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. Nessa obra, como mostra a autora, a Linguística é reescrita repetidas vezes como *a ciência da língua*, em contraste com a definição de Linguística como *a ciência da linguagem*, apresentada por linguistas de filiação saussuriana. Para a autora, é justamente a demanda pela cientificidade que atua na definição da língua como objeto da Linguística no *Curso*, levando, consequentemente, à formulação de diversas divisões no domínio da Linguística, divisões que explicam por que a linguística saussuriana é incontornável, já que ela provoca sem cessar as discussões sobre o que é de dentro e o que é de fora da Linguística.

O primeiro capítulo conta ainda com uma leitura do tratamento que Pêcheux faz sobre o arquivo no texto “*Ler o arquivo hoje*” (1994), além de uma interessante discussão a respeito da constituição e divisões dos saberes, ponto no qual se apresentam as reflexões de Chiss e Puech na obra “*Le langage et ses disciplines*” (1999). Um aspecto enfatizado é a divisão dos nomes dos estudos da linguagem entre dois nomes: “*ciência*” e “*disciplina*”, nomes que não raro se sobrepõem e atuam na designação de domínios de saber legitimados como científicos, sempre atrelados às relações de poder estabelecidas, historicamente, entre as ciências e os lugares institucionais onde são praticadas, uma vez que, como se reitera ao longo da pesquisa, a ciência se produz no interior das instituições. O que se busca no trabalho de Chiss e Puech são elementos para a compreensão da relação entre a constituição e as modalidades de circulação e apropriação dos conhecimentos sobre a linguagem e as línguas no processo de composição de disciplinas. Para eles, não haveria uma divisão estanque entre os mundos da invenção e da transmissão dos saberes, de forma que as representações disciplinares estão sempre associadas ao próprio processo de constituição dos conhecimentos, isto é, o processo de construção das ideias é, ele mesmo, um processo de disciplinarização.

No capítulo II, a reflexão se detém no processo de institucionalização da Linguística enquanto *a ciência da linguagem* no universo científico brasileiro, ressaltando-se, de forma pertinente, que o processo de institucionalização da Linguística no Brasil tem início no século XIX, com a produção das primeiras gramáticas da língua portuguesa feita por autores brasileiros. Um dado apresentado é o de que, até meados do século XX, Gramática, Linguística e Filologia eram domínios do saber que podiam frequentemente se recobrir, servindo como designação dos estudos histórico-comparativos, sendo que, nesse momento, as obras que recebiam o nome de *gramáticas*, no Brasil, se definiam como obras científicas, situação que muda com o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), cujo efeito é significar a Gramática como lugar da norma e reservar à Linguística o estatuto científico. Quando analisa o lugar da Linguística na história das faculdades e universidades brasileiras, a autora assinala que ela entra como *disciplina* da filologia na USP, cuja Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) é datada de 1934, e na Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 no Rio de Janeiro; como *disciplina* das línguas indígenas e como *curso de pós-graduação* e *departamento* na Faculdade de Letras na USP na década de 1960; como *setor* do Departamento de Antropologia no Museu Nacional, montado com a ajuda de Mattoso Câmara e a participação de Castro Farias e Darcy Ribeiro; como *curso de pós-graduação* no Instituto

Central de Letras da Universidade de Brasília (UnB), onde nasce o primeiro mestrado em Linguística do Brasil, em 1963. Para a autora, a propagação das FFCL, como a de Araraquara, fundada em 1957, seguindo o modelo da FFCL da USP, é um acontecimento bastante significativo no processo de constituição das universidades e faculdades no Brasil, sendo, na verdade, a estrutura dominante das faculdades brasileiras. O que se tira desse quadro é que a organização político-administrativa de uma universidade não deixa de produzir efeitos sobre o modo como são significados os domínios de saber que ela reúne. Um efeito produzido pela nomeação FFCL é o de que Letras não é ciência, de forma que as disciplinas ministradas como *das* Letras não significam enquanto disciplinas científicas.

Analisa-se, também, no segundo capítulo os sentidos de *linguística* no Primeiro Simpósio de Filologia Românica, realizado em no Rio de Janeiro em 1958, e no Currículo Mínimo para os Cursos de Letras, estabelecido em 1962 por resolução do Conselho Federal de Educação. Ganha igualmente espaço um longo estudo sobre o projeto de criação da Universidade Estadual de Campinas, no qual são examinados os textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 e do Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC-USAID), de 1966. A partir desse conjunto de materiais, observa-se que a interdisciplinaridade foi um argumento fundante no processo de constituição da legitimidade da Linguística na UNICAMP, com a proposta de criação de um grupo de Linguística no então chamado Instituto de Ciências Humanas, embora a relação entre Linguística e interdisciplinaridade não significasse como necessária na história da Linguística no Brasil até aquele momento. De acordo com a autora, a introdução da Linguística no Instituto de Ciências Humanas produziu uma ruptura em relação aos sentidos da estrutura da FFCL, possibilitando a abertura de novos espaços de significação para os estudos da linguagem. Como revela Ferreira, é com o nome de *Linguística Matemática* que os sentidos de *linguística* na UNICAMP circularam, inicialmente, no espaço da divulgação científica. Ao mesmo tempo, em consonância com um momento no qual a questão da matematização estava relacionada à demanda pela informatização dos arquivos, pelas tecnologias de comunicação e pela relação da língua com a informática, é como uma disciplina exata que a Linguística é significada nos primeiros projetos acadêmicos dessa Instituição, uma vez que sua metodologia era definida pelo caminho da matematização, sendo justamente pela metodologia que a Linguística se distinguia das disciplinas das Ciências Humanas.

No capítulo III, são analisados os sentidos de *linguística* em relação a outros nomes dos estudos da linguagem que passam a ser incluídos como disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação em Linguística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Na análise do Plano Preliminar do IFCH, antigo Instituto de Ciências Humanas, o que se marca é a Linguística sendo significada no espaço científico e seu objeto, a língua, sendo tomado como objeto da ciência e concebido como *língua a saber sobre*. A formação do quadro docente recebe grande destaque nesse capítulo, mostrando-se que, para a implantação da Linguística na UNICAMP, foram contratados e enviados para a França dois grupos de professores. No primeiro, estavam o sociólogo André Maria Pompeo Villalobos, o filósofo Luiz Benedito Lacerda Orlandi, o antropólogo Antonio Augusto Arantes e o matemático Ângelo Barone. Faziam parte do segundo, Carlos Franchi, Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Haquira Osakabe, todos das áreas de Letras e Teoria Literária. Demandas diferentes estavam em jogo na formação de cada um dos grupos. No primeiro, a causa era a necessidade de sustentação do IFCH; no segundo, a necessidade de sustentação da própria Linguística. Outro ponto debatido é o como a vinda de Oswald Ducrot e de outros docentes de universidades brasileiras e estrangeiras para a UNICAMP, ofereceu contornos diferentes à Linguística, permitindo, por exemplo, que o processo de legitimação da Semântica no interior da Linguística ocorresse, concomitantemente, ao próprio processo de institucionalização da Linguística. Observa-se, ainda, que o estabelecimento das disciplinas obrigatórias do curso de Linguística, juntamente com a divisão entre disciplinas obrigatórias, complementares e optativas, teve como efeito significar essas disciplinas obrigatórias *do curso* de Linguística como disciplinas *da Linguística*, processo no qual a matematização continuou como presença significativa.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira assinala também que por mais que a UNICAMP estivesse aberta a diversas linhas da Linguística, isso não significava receber qualquer linha. Assim, com a Linguística sendo fortemente legitimada pelo estruturalismo europeu e pelo gerativismo americano, e definida por formulações como “*a ciência da linguagem*” e “*a ciência-piloto das ciências humanas*”, disciplinas como a Filologia e a Gramática normativa não tiveram espaço de sustentação. Além disso, enquanto algumas dessas disciplinas são significadas como *domínios de saber não-científicos*, outras são significadas como *domínios de saber científicos*, com o adicional de algumas serem classificadas como mais científicas que outras. A autora marca ainda que a questão do sentido encontra no espaço universitário da UNICAMP um lugar privilegiado de discussão nas disciplinas Semântica e a Análise do Discurso, significadas como menos científicas do

que a Fonologia e a Gramática Gerativa. Na verdade, boa parte do terceiro capítulo se dedica a pensar o lugar da Semântica na Linguística e na UNICAMP e, a partir disso, as divisões, tensões e contradições entre as disciplinas da Linguística produzidas sob o signo da cientificidade. Outro tópico para o qual se chama atenção é que, diferentemente do espaço da UNICAMP, onde a Linguística é legitimada como um lugar científico no interior das Ciências Humanas, o espaço das instituições legisladoras do Estado marca os sentidos de Linguística por sua introdução enquanto *disciplina obrigatória do curso de Letras*.

No capítulo IV, é narrada a história da criação do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL na Unicamp e analisada a relação da Linguística com a Teoria Literária. Esta última, como se explica, é situada fora do espaço da Linguística, mas no interior dos estudos da linguagem e em relação a eles, num instituto que foge aos moldes das faculdades de letras da época, e que é marcado por uma história de divisões entre *domínios de saber científicos* e *domínios de saber não-científicos*. A autora conta que a criação de um Instituto de Letras estava prevista nos primeiros estatutos da Unicamp, mas acabou não tendo ocorrido nos primeiros anos de funcionamento da universidade, o que possibilitou que a Linguística, desde o início de sua história, fosse significada fortemente no espaço das Ciências Humanas e fora do modelo das Letras, pelo funcionamento de um Departamento de Linguística no Instituto de Ciências Humanas. Tudo isso permitiu que os estudos de Linguística na UNICAMP pudessem ser realizados de maneira mais ampla, abrindo espaço para pensar a linguagem ao lado da língua. A partir da análise de textos como o Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras, de 1975, e a Proposta do Instituto de Estudos da Linguagem, de 1976, exibe-se um quadro no qual a distinção entre Linguística e Teoria Literária tem ainda como fator fundamental a cientificidade, relacionada, por sua vez, às divisões entre os institutos dessa universidade. Algo interessante que se registra é que, nesses textos, embora a Teoria Literária não seja significada no espaço da cientificidade tal como a Linguística, seu nome carrega sentidos ligados à demanda pela cientificidade, pois Teoria Literária é *teoria*, de maneira que ela pode funcionar no espaço de *saber sobre a literatura* e não no espaço de *saber a literatura*. No entanto, é mesmo a partir da Linguística que a cientificidade é significada, sendo que, ainda segundo a análise feita desses textos, a própria legitimidade da Linguística enquanto ciência se faz por meio da referência ao método descritivo e explicativo, em conformidade com a teoria gerativa de Noam Chomsky.

Quando analisa especificadamente a Proposta do IEL, a autora flagra um Instituto organizado pela Linguística e pela Teoria Literária, e que tem “a linguagem humana em

suas diversas manifestações” como objeto central de estudo, denominador comum que não apagaria, contudo, os objetos e objetivos próprios desses dois campos disciplinares. Como efeito da instauração da linguagem como denominador comum, e da passagem da Linguística do IFCH para o IEL, ela deixa de ser significada pelo método e passa a ser significada pelo objeto, o que permite, por outro lado, que ela possa ser sustentada por métodos diferentes. Na verdade, chama-se bastante atenção para os efeitos da colocação da linguagem como denominador comum da Linguística e da Teoria Literária na criação do IEL, como, por exemplo, o deslocamento da Linguística do espaço da *ciência* para o espaço do *estudo*. No final desse quarto capítulo, o livro exhibe uma série de declarações de linguistas sobre a cientificidade da Linguística para demonstrar como é bem-sucedida a tensão entre as políticas administrativo-institucionais e a configuração epistemológicas do saber nas discussões sobre o estatuto da Linguística enquanto ciência.

No capítulo V, são analisados aspectos das relações de concorrência entre o nome *linguística* e outros nomes, especialmente “*ciências da linguagem*”, “*estudos da linguagem*” e “*linguagens*”, no espaço científico brasileiro. Para tanto, apresenta-se uma série de acontecimentos relativos ao processo de institucionalização da Linguística em faculdades e universidades brasileiras até meados da década de 1980. Logo de início, a partir do exame de catálogos de graduação e de uma série de boletins de nota e frequência do IFCH e do IEL, explicita-se um movimento de constituição e desaparecimento de disciplinas, que é explicado pelos próprios movimentos político-institucionais, como a transferência da Linguística do IFCH para o IEL, afirmando-se que a possibilidade de criação de disciplinas não é indiferente às condições institucionais nas quais os saberes se inscrevem nem aos nomes que são institucionalizados como nomes de saber, no caso, de saber sobre a linguagem. Segundo a discussão realizada, o fato de a *linguística* ter significado como “*a ciência da linguagem*” e não como “*a ciência da língua*”, na história dos estudos sobre a linguagem, representa um deslocamento em relação à teoria saussuriana. Para a autora, a expressão “*ciências da linguagem*”, no plural, possibilitou a realização de outros recortes entre os domínios de saber, desestabilizando a sinonímia entre “*linguística*” e “*ciência da linguagem*”, e suscitando o questionamento da própria evidência da Linguística como “*a ciência da linguagem*”, de forma que ela passa a ser considerada “*uma*” ciência da linguagem, disputando espaço com outras.

Ao refletir sobre a introdução dos nomes “*estudos linguísticos*”, “*ciências da linguagem*”, “*estudos da linguagem*”, “*estudos de linguagem*” e “*linguagens*” ao lado do nome *linguística* no espaço universitário brasileiro, a autora repara que a necessidade de

renomear o campo de saber é movido pela falta, que, juntamente com os apagamentos e esquecimentos, é constitutiva da produção dos saberes. No caso do nome “*linguagens*”, segundo a autora, a adição da letra “s” seria, talvez, efeito do questionamento da ruptura saussuriana, questionamento que desembocaria em uma formulação equivocada da falta, isto é, *não é somente a língua, é a linguagem, mas não somente uma língua e uma linguagem, são diversas línguas e linguagens*. Já no caso de “*ciências da linguagem*”, “*estudos da linguagem*” e “*estudos de linguagem*”, a existência de *diversas linguagens* apareceria como se fosse evidente. Com “*ciências da linguagem*”, especificamente, é como se fosse dito que *não há somente uma ciência da linguagem, a Linguística, mas outras*. Com “*estudos da linguagem*”, por outro lado, é como se fosse afirmado que *não há somente os estudos da linguagem que são científicos, havendo também aqueles que não são*. No quinto capítulo, é feita ainda uma série de reflexões sobre o funcionamento da cientificidade e da interdisciplinaridade nos estudos da linguagem no espaço universitário brasileiro, com análises dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio e também de coleções de livros de Introdução à Linguística produzidos no Brasil, trabalho que leva a autora a afirmar que “os saberes se constroem em nomes que se recortam e produzem recortes determinados (não qualquer um)” (2013, p. 199).

Entre o sem-número de coisas que ainda poderiam ser ditas sobre o livro de Ana Cláudia Fernandes Ferreira, é justo admitir sua contribuição para o campo da História das Ideias Linguísticas por, entre outros, promover um caminho riquíssimo de pesquisa, merecedor de maior exploração, afinal, como se aprende com este trabalho, o nome da(s) língua(s) e do(s) estudo(s) sobre a(s) língua(s) está longe de ser uma questão banal. Seria arbitrário encerrar esta resenha sem comentar como “*Uma história da linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*” é uma leitura agradável. O leitor, certamente, já deve ter se deparado com obras completamente desinteressantes que apresentam questões e ideias interessantíssimas. Não é esse aqui o caso, pois, sem nada dever aos ditames de seriedade do trabalho científico, encontramos ali um texto, sim, sério, mas também animado, prazeroso mesmo. Feliz de quem puder apreciá-lo!

José Edicarlo de Aquino é graduado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em Linguística; doutorando também em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, e realizando, atualmente, parte de seus estudos na Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III, com bolsa de doutorado sanduíche da Capes. Em suas pesquisas, atua, sobretudo, nas seguintes áreas: história das ideias linguísticas, gramatização brasileira, língua materna e teoria linguística. (edicarlos_aquino@yahoo.com.br)